

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS VII – CODÓ/MA
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

KELYS DE JESUS SILVA VERAS

**ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

CODÓ/MA

2019

KELYS DE JESUS SILVA VERAS

**ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências
Humanas – História, da Universidade Federal
do Maranhão – UFMA – Campus VII – Codó,
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher

CODÓ/MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Veras, Kelys de Jesus Silva.

Ensino da história e da cultura africana e afro- brasileira nos livros
didáticos de história / Kelys de Jesus Silva Veras. - 2019.

53 f.

Orientador(a): Dilmar Kistemacher.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História,
Universidade Federal do Maranhão, CODÓ, 2019.

1. Análise didático. 2. Estudo da África. 3.
História da educação. 4. Livro didático. I. Kistemacher,

KELYS DE JESUS SILVA VERAS

**ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências
Humanas – História, da Universidade Federal
do Maranhão – UFMA – Campus VII – Codó,
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em História.

APROVADO EM: ____/____/____ NOTA: ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dilmar Kistemacher
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus Codó

Prof. Dra. Jascira da Silva Lima
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus Codó

Profa. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus Codó

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, saúde, e sabedoria que me foi contemplada até hoje.

Agradeço a minha família, esposo, filhos, irmã e mãe pelo apoio em todos os momentos de alegrias e tristezas.

Agradeço a professora Maria Aparecida Brandão, pela doação dos livros didáticos que utilizei para efetivação da pesquisa.

Agradeço Ludmila Silva que me auxiliou na edição das imagens do livro.

Agradeço meu orientador Dilmar Kistemacher pela as orientações na efetivação desse trabalho e pelos sábios conselhos nos momentos de desestímulo.

RESUMO

Este estudo analisa a história e a cultura africana e afro-brasileira nos livros didáticos de história do Ensino Médio, da coleção *“Por dentro da história”* dos autores Pedro Santiago, Celia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes. Os três volumes da coleção foram utilizados no Centro de Ensino de Jovens e Adultos Lucia Bayma Araújo que fica localizada na rua Afonso Pena em Codó entre os anos de 2015 e 2016 e, foram distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Os volumes da coleção foram analisados separadamente, verificando em cada volume como a cultura africana e afro-brasileira está sendo representada e se a mesma atende ao critérios exigido pela lei federal que torna obrigatório o estudo de África e afrodescendentes e afro-brasileiro na Educação Básica e que visa o combate ao racismo e a desigualdade racial. Assim no decorrer do trabalho analisamos categorias que foram construídas a partir da leitura e apreciação da coleção didática. Ente outras categorias a da mulher africana e afro-brasileira, ou seja, a participação na história e cultura na formação cultural do Brasil. Analisamos a diversidade cultural, étnicas e religiosa e, como essas manifestações culturais estão sendo representadas na coleção e de que maneira esse conteúdo está sendo ensinado para os alunos.

Palavras-Chave: História da Educação, Livro Didático, Estudo da África, Análise Didática.

ABSTRACT

This study analyzes African and Afro-Brazilian history and culture in high school history textbooks from the “Inside the Story” collection by authors Pedro Santiago, Celia Cerqueira and Maria Aparecida Pontes. The three volumes of the collection were used at the Lucia Bayma Araújo Youth and Adult Education Center, which is located at Rua Afonso Pena in Codó between 2015 and 2016 and were distributed by the National Textbook Program (PNLD). The volumes of the collection were analyzed separately, checking in each volume how African and Afro-Brazilian culture is being represented and whether it meets the criteria required by federal law that makes the study of Africa and Afro-descendants and Afro-Brazilian in Basic Education compulsory. and aimed at combating racism and racial inequality. Thus during the work we analyze categories that were built from the reading and appreciation of the didactic collection. Among other categories, African and Afro-Brazilian women, that is, participation in history and culture in the cultural formation of Brazil. We look at cultural, ethnic and religious diversity and how these cultural manifestations are being represented in the collection and how this content is being taught to students.

Keywords: History of Education, Didactic Book, Study of Africa, Didactic Analysis,

Éramos todos humanos até que:

A raça nos desligou.

A religião nos separou.

A política nos dividiu.

E o dinheiro nos classificou.

(Autor desconhecido)

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Apresentação da Coleção.....	27
Figura 2. Cartaz do Filme Chica da Silva	29
Figura 3. Mulheres Negras	30
Figura 4. Rainha Ginga	31
Figura 5. Negra.....	31
Figura 6. Rei de Idah	32
Figura 7. Dança Tradicional no Benin	33
Figura 8. Festa Realizada por Africanos Escravizados	34
Figura 9. Jovens em Moçambique.....	35
Figura 10. Mapa das principais rotas de tráfico africano no século XVI e XIX	35
Figura 11. Retrato de Afrodescendentes	36
Figura 12. Mapa dos principais quilombos no Brasil.....	37
Figura 13. Partilha da África	38
Figura 14. Casa pobre de Escravos.....	39
Figura 15. Comercialização de escravos africanos.....	39
Figura 16. Escravos Acorrentados.....	40
Figura 17. Mulheres em campos refugiados	41
Figura 18. Negros transitando em rua em Cartonville, África do Sul.....	41
Figura 19. População de Luanda recebendo ajuda	42
Figura 20. Mapas das rotas de comercialização	43
Figura 21. Captura de africanos para porto de embarque.....	44
Figura 22. Trabalhadores na extração de diamantes	44
Figura 23. Manifestantes no consulado americano em Johanesburgo	45
Figura 24. Povos Bantos.....	46
Figura 25. Características de membro Iorubas	46
Figura 26. Sociedade maranhense	47
Figura 27. Jantar de família europeia	48
Figura 28. Caricatura de Dom Pedro II	49

Listas de Abreviatura

ABE	Associação Brasileira de Educação
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
FAE	Fundação Assistência Estudantil
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FMU	Faculdade Metropolitana Unidas
FNB	Frente Negra Brasileira
FNDE	Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INL	Instituto Nacional do Livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPT	Ministério Público do Trabalho
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PLINDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade
SEPPIR	Secretaria de Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livro
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USAID	Agencia norte Americana para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA	13
2.1 Educação Brasileira a partir de 1930	13
2.2 Ensino Brasileiro após o Golpe Civil Militar de 1964.....	14
2.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.....	15
2.4 Base Nacional Comum Curricular - BNCC.....	16
3 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	18
3.1 Ensino e Relações Étnico-Raciais.....	20
4. HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E SEU ENSINO	22
4.1 África – Diversidade Cultural.....	23
4.2 Africanos e Afro-Brasileiros.....	24
4.3 Influência africana na sociedade brasileira	25
5. ÁFRICA E AFRICANISMOS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA	27
5.1 História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos Livros Didáticos de História.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. INTRODUÇÃO

A História da Educação Brasileira é muito extensa e passou por diversas transformações, desde o período colonial até os dias atuais. A educação brasileira, considerando a realidade tão complexa, exige estudos na direção de compreender a trajetória do sistema educacional brasileiro. E, dentro da História da Educação é fundamental pensarmos sobre o Ensino da História e da Cultura africana e afro-brasileira, especialmente no âmbito da Educação Básica.

O sistema arcaico de ensino tornou-se um obstáculo, especialmente na sua relação com o sistema econômico do país, como consequência o ensino brasileiro necessita passar por transformações constantemente. Nesta direção, Romanelli afirma que:

Em educação, esse nível de percepção, quando chega a distinguir a defasagem entre aquilo que a escola oferece e aquilo de que carece o desenvolvimento, tende a provocar mudanças que procuram tão somente escolher modelo de estrutura educacional mais avançadas, sem se preocupar com análise crítica da situação que provocou e alimentou a defasagem. Empenha-se, então, em modernizar a estrutura do ensino, equipa-la para tarefas mais dinâmicas e dota-la de mais eficiência na produção do contingente humano de que carece o modelo econômico (ROMANELLI, 2013, p. 26).

No Brasil, a partir de 1930, a expansão do ensino acabou por denunciar a defasagem entre educação e desenvolvimento econômico e social. E em períodos mais recentes as mudanças no ensino estiveram relacionadas aos interesses políticos de grupos que disputam o domínio do governo. Com o aumento do capitalismo industrial no Brasil após revolução de 1930, determinou surgimento de novas exigências educacionais.

É então que a demanda social cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. Mais assim como a expansão capitalista não se fez por todo território nacional e de forma mais ou menos homogênea, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu na zona onde se intensificaram as relações de produção capitalista o que acabou criando uma das contradições mais serias do sistema educacional brasileiro (Romanelli, 2013, p 64).

Pois a revolução industrial e educacional brasileira formou de forma desigual no Brasil tendo como resultado disso a defasagem histórica (ROMANELLI, 2013). Outro fator que justifica o fato do ensino ter se expandido de forma irregular seria a expansão de forma improvisada sem planejamento para uma política nacional do ensino. E, no que se refere às políticas educacionais, precisamos pesquisar sobre a História e a Cultura Africana e afro-brasileira. Nesta direção, a nossa pesquisa se situa nos marcos da pesquisa qualitativa, a partir- da pesquisa bibliográfica.

No âmbito da História da Educação, interessa-nos, neste trabalho, analisar as discussões sobre o ensino da História e da Cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, ou seja, tivemos por objetivo, analisar que conteúdos são ensinados nos livros didáticos de História do Ensino. Destes, objetivamos analisar que dimensões sociais e culturais são apresentadas nos livros de História sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira e como é apresentada nas coleções didáticas os problemas relacionados a História africana.

Para o desenvolvimento do estudo optamos pela pesquisa bibliográfica e, para a análise do material de pesquisa, optamos pela construção de categorias de análise que foram construídas a partir da leitura da coleção didática escolhida. A pesquisa qualitativa, portanto, permite examinar a complexidade social, cultural, econômica e política e, ainda, as especificidades de uma proposta política e pedagógica, a saber, as coleções didáticas. Assim, partimos do reconhecimento de que o/a pesquisador/a se assume como sujeito ativo na construção cultural sobre o objeto de conhecimento. Essa consideração, no entanto, não remete à falta de rigor epistemológico e metodológico, premissas que um trabalho acadêmico exige.

Para conhecer os conteúdos trabalhados na disciplina de História, no Ensino Médio, no âmbito da pesquisa qualitativa, optamos pela pesquisa bibliográfica e, para o tratamento e interpretação dos dados apurados, optamos pela Análise de Conteúdo. A escolha desta metodologia deu-se em virtude de reconhecer que ela permite realizar uma análise crítica e por reconhecer o papel ativo do pesquisador na produção de conhecimentos. Ao referir-se à Análise de Conteúdo, Laurence Bardin afirma que, “*por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar*” (BARDIN, 1977, p. 14).

E assumindo, conforme Remi Hess, que “*a pesquisa inscreve-se, portanto, em uma relação de valores. Ela não é, jamais, neutra*” (HESS, 2005, p. 163). E, ainda, partindo do pressuposto de que quem pesquisa a si, desenvolvemos o presente estudo.

Assim, o trabalho apresenta uma incursão pela História da Educação, como foco da pesquisa para compreender o lugar do Ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 Educação Brasileira a partir de 1930

O governo provisório¹ em 1930 tomou como iniciativa a criação de novos ministérios, como o da Instrução e Saúde Pública, instituído logo após a tomada do poder e que teve como ministro Francisco Campos, o mesmo promulgou diversos decretos que foi chamado reformas Francisco Campos, dentre outros destacamos:

1. Decreto 19.850- de 11 de abril de 1931: cria o conselho nacional de educação
2. Decreto 19.851- de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
3. Decreto 19.852- de 11 de abril de 1931 dispõe sobre a organização da universidade do Rio de Janeiro.
4. Decreto 19. 890 de 18 de abril de 1931: dispõe sobre organização do ensino secundário.
5. Decreto 20.158- de 30 de Junho de 1931: organiza o ensino comercial regulamenta profissão de contador e da outra providencias
6. Decreto 21.241- de 14 de abril de 1932. Consolida a disposições sobre organização do ensino secundário (Romanelli, 2013, p 132).

O Ensino Superior no Brasil por determinação do governo federal só surgiu em 1920 com a criação da Universidade do Rio de Janeiro e em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais. Através do decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 foi instituído o Estatuto das Universidades Brasileiras, tendo a Universidade de São Paulo como a primeira universidade a ser criada e organizada pelo estatuto universitário.

Anísio Teixeira como Secretário da Educação em 1935, criou a Universidade do Distrito Federal, que se manteve até 1939. Em 1935 criou-se a Universidade de Porto Alegre. A partir de então surgiram universidades privadas, por todo território nacional, em 1969 já somava 46 universidades.

A Reforma do Ensino Secundário foi proposta pelo decreto 19.890- de 18 de abril de 1931 mais sua consolidação só foi em abril do ano seguinte:

A reforma Francisco Campos teve o mérito de organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, e frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação nele para o ingresso no ensino superior. Além disso equipou todos os colégios secundários oficiais ao colégio Pedro II, mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade as escolas particulares que se organiza-se segundo o decreto e se submetessem a mesma inspeção (ROMANELLI, 2013, p. 136-137).

¹ Governo provisório entre 1930 e 1934 governado por Getúlio Vargas por decreto, como chefe do governo enquanto aguardava-se uma nova constituição para o país.

Assim o ensino secundário ficou dividido em dois ciclos: Fundamental, de 5 anos e Complementar, de 2 anos, tornando o primeiro obrigatório para o aluno ingressar no ensino superior (Romanelli. 2013. P 137).

2.2 Ensino Brasileiro após o Golpe Civil Militar de 1964

O sistema educacional foi marcado por dois momentos importantes em 1964, que são a implantação do regime e recuperação econômica, constatando-se uma aceleração de crescimento da demanda social de educação provocando um agravamento no sistema educacional. Houve também medidas práticas de curto prazo, com intenção de enfrentar a crise e percebeu-se que havia uma necessidade urgente de adotar medidas para adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico do Brasil. Nesse período se consolida as primeiras reformas do ensino superior. Ou seja,

Além do relatório Meira Matos que tanta influência iria ter na política educacional adotada a seguir surgiu na época outro documento elaborado pelo grupo de trabalho da reforma universitária que além de relatório apresentou o anteprojeto, depois transformado em lei 5.540. Resultado dessas comissões de estudos foram as medidas práticas imediatamente tomadas tais como relativas ao aumento das matrículas do ensino superior (decreto-lei 405 31 de dezembro de 1968 e 574 de 8 de maio de 1969) e a contenção do protesto estudantil (decreto-lei 477, 11 de fevereiro de 1969) nesses estudos e medidas veio a delinear-se a política educacional que se implantou a parti daí, numa fase, portanto, já nova para o sistema (ROMANELLI, 2013, p. 203).

A reforma criada pela lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 concretizou normas de organização do ensino superior e também a reforma do ensino 1º e 2º graus pela lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

As mudanças consagradas contemplaram, entre outras determinações: exigia que o ensino superior fosse ministrado apenas nas universidades. Tal medida objetivava a obter redução dos gastos econômicos, a administração passava pelos órgãos centrais de coordenação do ensino, da pesquisa e, o Conselho de Curadores, que era composto por membros da universidade, representantes do Ministério e membros da comunidade. As universidades deveriam ofertar cursos de graduação, de pós-graduação, de extensão, especialização e aperfeiçoamento acadêmico.

Outras providencias foram tomadas como unificação do vestibulares, extinção das cátedras. Pode-se dizer que a modernização teve por finalidade o controle político por retirar das universidades a oportunidade de controlar aquilo que ela mesmo fazia (ROMANELLI,

2013, p. 242). O antigo modelo de universidade garantia maior independência à ela, o novo modelo tornou a universidade mais conservadora do que o modelo antigo.

A reforma do segundo grau foi de fato requisitado tendo em vista a crise que ocorria nas universidades, ou seja, devido à ausência de vagas para cursar um curso superior, ou ainda,

(...) a reformulação do ensino médio se configurava antes os membros dessas duas comissões como uma forma de conter a demanda em limites mais estreito. E eles entenderam que isso só seria possível na medida em que aquele grau de ensino fosse capaz de propulsionar uma formação profissional. Uma vez adquirida profissão, antes de ingressar na universidade, o candidato potencial a ela ingressaria na força de trabalho e se despreocuparia de continuar lutando pela aquisição de uma profissão que na maioria dos casos, só será obtida através do curso superior (ROMANELLI, 2013, p. 244).

Portanto, a profissionalização do nível médio teria como objetivo principal, selecionar os mais capacitados para o ensino superior e ao menos capacitados algum tipo de ocupação, e como resultado conter a demanda pelo ensino superior, de certa forma beneficiar o meio empresarial com mão de obra mais barata.

2.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB

A primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN foi sancionada em 20 de dezembro de 1961, por intermédio da lei nº. 4.024, sua principal função era definir e regularizar o ensino no Brasil, com base nos princípios da constituição com 120 artigos que tinha como características principais: Dar mais autonomia aos órgãos estaduais diminuindo a centralização do poder do MEC, Obrigatoriedade de matrículas nos quatro primeiros anos do Ensino Primário, Formação de professores para o ensino primário e normal, Ano letivo de 180 dias e Ensino religioso obrigatório.

Embora já viesse sendo encaminhada a Câmara Federal em 29 de outubro de 1948 somente em 29 de maio de 1957 e que se inicia a primeira discussão sobre o projeto de diretrizes e base da educação:

Esse projeto se caracteriza por uma tendência descentralizadora empossada desde a década de 30 pela Associação Brasileira de Educação (ABE) Almeida Junior relator do projeto busca fundar essa concepção descentralizadora no exame escrito no texto constitucional (SEVIANI, p.15, 2011).

A LDB de 1971 a lei 5692/71 foi publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar suas principais características são: Ano letivo no mínimo 180 dias, Ensino de

1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos, Educação à distância (ensino supletivo), Formação de professores para o ensino de 1º grau com habilitação no 2º grau e Formação de professores para o ensino de 1º e 2º grau em curso em nível superior.

A ruptura política levada pelo golpe militar de 1964, exigia adequações no âmbito educacional porem o governo militar não considerou necessário editar a nova lei pois acreditava-se que as diretrizes gerais da educação necessitavam apenas de ajustes no que deveria ser de acordo com o novo quadro político:

Os ajustes em questão foram feitos através da lei 5.540/68 que reformou a estrutura do ensino superior sendo, isso, chamada de lei da reforma universitária. O ensino primário e médio por sua vez foi reformado pela lei nº 5.692/71 que alterou sua denominação para ensino de primeiro e segundo grau. Com isso os dispositivos da lei de diretrizes bases da educação nacional (lei n. 4.024/61) relativos ao ensino primário, médio e superior foram revogados e substituídos pelo disposto nessas duas leis (ROMANELLI, p. 26, 2013).

A LDB de 1996, promulgada por intermédio da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, foi baseada no princípio do direito universal a educação para todos, com 22 artigos a lei tem como principais características: Educação Básica e obrigatória para o Ensino Fundamental, Formação de professores da Educação Básica em curso superior.

2.4 Base Nacional Comum Curricular - BNCC

A Base Nacional Comum Curricular Comum - BNCC é um documento de caráter normativo e que determina o conjunto orgânico e progressivo das aprendizagens fundamentais, que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ela se destina à educação escolar e está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018).

A BNCC visa contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, no campo federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e a infraestrutura adequada para o desenvolvimento da educação. Ela objetiva auxiliar e superar a fragmentação das políticas educacionais, proporcionando uma maior qualidade na educação, garantindo o acesso e permanência na escola (BRASIL, 2018).

A BNCC adverte que as decisões pedagógicas necessitam estar encaminhadas para o desenvolvimento de competências e de habilidades, de acordo com cada etapa de formação.

Por meio da recomendação clara do que os alunos devem “saber” e, principalmente, do que necessitam “saber fazer”. Nela estão dispostas a explicitação das referências para o fortalecimento de ações que garantam as aprendizagens essenciais definidas nela. E, ainda, conforme assevera, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano de forma global, e assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem promovendo uma educação voltada para seu desenvolvimento nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2018).

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, tendo como base as ideias de justiça, solidariedade, liberdade de pensamento e escolha, o respeito aos direitos humanos, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. No Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas, elemento essencial para a aceitação e a adoção de uma conduta ética em sociedade. É imprescindível, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.) (BRASIL. 2018)

Na História, o tempo assume significados e importância variados, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado (BRASIL.2018)

.3 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD adquiriu sua forma atual nos meados da década de noventa mas, sua origem remonta ao ano de 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão específico para legislar sobre a políticas do livro didático. Contudo, seu funcionamento se inicia somente em 1934, durante o governo Vargas, assumindo um caráter geral de incentivo à leitura. O programa inicial passa por diversas alterações adquirindo diferentes formatos (DI GIORGI, 2014).

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), criada em 1938, constituiu a primeira política nacional de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras no país. Em seguida, em 1966, foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), permitindo a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED). Esse processo gerou inúmeras críticas por parte de educadores brasileiros, uma vez que ao MEC e ao Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) caberiam apenas as responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da USAID todo o controle (DI GIORGI, 2014).

Em 1960 os livros didáticos passaram a ser escritos, por professores com formação específica nas áreas então editadas e, de um modo geral, em exercício nas séries para as quais seus livros eram destinados, um aspecto positivo pois, era comum que livros didáticos fossem escritos por pessoas sem formação na área específica ou que nunca tivessem atuado no nível de ensino para o qual lançavam os referidos materiais (DI GIORGI, 2014).

A partir de 1971, o INL desenvolve o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), adotando as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros. Em 1976, foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), que se tornou responsável pela execução do PLIDEF. A partir desse momento, o governo iniciou a compra dos livros com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com apoio dos estados. O PNLD substituiu o PLIDEF, em 1985 (Decreto nº 91.542, de 19/8/85), extinguindo a contrapartida dos estados. Entre 1993 e 1994, foram determinados critérios para avaliação dos livros didáticos.

A preocupação com a qualidade dos livros se acentuou no início dos anos 1990, possibilitando aos professores da Educação Básica escolherem os livros a serem usados nas aulas. Nesse formato, em 1993, originou a primeira comissão de avaliação que estabeleceu,

como critério de eliminação, os livros didáticos que contivessem preconceitos de qualquer natureza e erros conceituais na área disciplinar. A avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD se inicia em 1996, com o lançamento das bases para o atual programa do PNLD.

O ano de 1997, com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD foi transferida para o FNDE. A partir de 2000, foi inserida no PNLD a distribuição de dicionários da Língua Portuguesa aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, mas, em 2005, o FNDE passou a fornecer acervos de dicionários a todas as escolas públicas do ensino fundamental. O ensino médio passa a ser atendido inteiramente pelo PNLD em 2011 (DI GIORGI, 2014).

A PNLD pode ser sistematizado em etapas ou fases, a saber: a inscrição das editoras para participar de edital aberto pelo MEC, momento em que os livros são disponibilizados para análise; a seleção e a avaliação dos livros recebidos pelo MEC, que os encaminha para o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT), para avaliação. Após, a avaliação os livros são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/ MEC), órgão responsável por realizar avaliação pedagógica. Atendidas as etapas iniciais, a SEB/MEC convida universidades públicas para analisar os livros didáticos (BRASIL, 2018).

Outra fase do processo é a confecção do Guia do Livro Didático com as avaliações dos livros aprovados, publicadas pelo FNDE. Esse material é enviado às escolas cadastradas no Censo Escolar para que professores e equipe pedagógica procedam à análise das resenhas das coleções para selecionar as que melhor atendem ao projeto político-pedagógico da escola. Após esse procedimento, a escola indica a escolha e faz o pedido de duas obras para cada ano/disciplina (BRASIL, 2018).

O Guia de livros didáticos do PNLD 2018 é um importante material que reúne informações lançadas por profissionais de todas as regiões brasileiras, sua elaboração apresenta dois objetivos: auxiliá-lo na escolha das coleções que serão distribuídas pelo Estado nos próximos três anos e convidá-lo a meditar sobre o lugar da História no Ensino Médio. Nos últimos anos, o PNLD está sendo um instrumento de inclusão e, consequentemente, de igualdade ao direito ao ensino.

A distribuição de livros aos estudantes da Educação Básica se acertou-se em paralelo às políticas de desenvolvimento da escolarização. O Programa também contribuiu para expandir o conhecimento em relação aos direitos humanos. Os Guias também estimulam autores e editores a qualificarem a abordagem sobre combate à homofobia, as singularidades culturais dos povos indígenas e afrodescendentes e as identidades juvenis. Com o mesmo

objetivo, os Guias noticiaram a ampliação do espaço concedido à História da África, e à imagem da mulher (Decreto lei n.7084/2010).

As obras submetidas a PNLD passam por um processo de avaliação que começa com a publicação de um edital, que por meio desse os autores e editores das obras são convocados a escreverem suas obras que são submetidas a uma avaliação pedagógica. Os avaliadores pedagógicos são profissionais que são habilitados a integrar equipes de avaliação pedagógica de obras didáticas que são sorteados no banco de avaliadores.

Os critérios específicos que abrangem o componente curricular de História que são prescritos pela legislação, contemplam o estudo da História Africana, História Afro-brasileira, tendo em vista a valorização da cultura da população afro-brasileira e indígenas e, ainda, o respeito à diversidade e o estímulo ao convívio social.

3.1 Ensino e Relações Étnico-Raciais

Posteriormente à Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001, provoca mudanças na dinâmica das relações raciais no Brasil. Na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva², a partir da criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)³, a questão racial passou a ser prioridade na pauta de políticas públicas do país.

A SEPPIR é responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e de diretrizes para a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados, com ênfase na população negra. No ano de 2004, o Ministério da Educação, considerando as múltiplas dimensões da desigualdade educacional do país, criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade -SECAD e, posteriormente acrescentou a Inclusão, assim, passou a ser denominada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão- SECADI. Essa Secretaria tem como desafio desenvolver e implementar políticas de inclusão educacional, considerando e assegurando o respeito e valorização da nossa diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional.

² Luís Inácio Lula da Silva presidente do Brasil entre 2003 e 2011 foi eleito 2002 e reeleito em 2006.

³ SEPPIR Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial, órgão do poder executivo do Brasil instituído pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 21 de março de 2003, com objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos.

Na confluência das ações políticas foi implementada a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica, especialmente nas disciplinas de Educação de Artística, de Literatura e História. Tendo em vista a sua implementação o Ministério da Educação executou várias ações: formação continuada presencial e a distância de professores na temática da diversidade étnico-racial em todo o país, publicação de material didático, realização de pesquisas na temática, fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros. (BRASIL, 2004)

A política Nacional de Promoção da Igualdade Nacional objetiva contribuir para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a igualdade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária (BRASIL, 2004).

E, ainda, objetiva prover as escolas com materiais adequados à educação para as relações étnico-raciais. Deve ser dada especial atenção à necessidade de articulação entre a formação de professores e a produção de material didático, ações que se encontram articuladas no planejamento estabelecido pelo Ministério educação no plano e ações articuladas.

4. HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E SEU ENSINO

A África foi por um longo tempo um continente considerado mais desqualificado pelo pensamento, ocidental mesmo com os relacionamentos estabelecidos pelos seus povos. Observamos na atualidade um pensamento negativo em relação à África. Por ser um continente eminentemente tropical (clima quente) esse fato por diversas vezes foi dada inferioridade ao negro africano defendendo-se a tese de que a elevada umidade do ar proporcionava aos negros baixa capacidade intelectual, passionalismo e preguiça. Segundo, SERRANO (2010).

Para a cristandade europeia, a temperatura, possuem de um ponto de vista cultural, sentido simbólico e negativo. Ao calor associa-se a sensualidade, igualmente repudiada pelo pensamento cristão. Não por acaso, o cristianismo criou expressões como fogo ou calor dos infernos (SERRANO, 2010, p. 27).

Definitivamente a visão produzida sobre a África pelos europeus não é das melhores e essa negatividade tem seus vestígios até os dias atuais. O mesmo ocorre com a população Afro-brasileira, que tem a difícil tarefa de conviver com o preconceito construído a muitos séculos.

Até então podemos observar que todo e qualquer construção negativa sobre África não impediu a ambição dos europeus em domina-las e em seu domínio por séculos não foi posto em pratica um olhar positivo sobre a África pois:

Agora o continente e domínio da pobreza, da anarquia, do subdesenvolvimento, das doenças, da ‘ guerras tribais’, dos golpes de estado contínuos, do analfabetismo, dos refugiados, da seca e da falta de perspectiva. Num mundo desigualmente unificado pela globalização, a África como todas as desprezadas regiões meridionais do planeta, continua a integrar uma periferia de flagelos sociais, exploração econômica e subordinação política, eventualmente mistificada pelas imagens concernentes a um mundo unificado sobre uma única bandeira ou aspirações. (SERRANO, p. 32-33. 2010).

Foi na África que surgiu os Homo sapiens, há cerca de 160 mil anos e o Egito sua primeira civilização a 5 mil anos. Seu sistema agrícola era adaptado ao ambiente do período e detinha poder aqueles que mais possuía extensões de terras, e aqueles que possuía maior controle sobre as pessoas, era atribuído maior poder (SERRANO, 2010).

A África está separada da Europa pelo mar mediterrâneo e da Ásia pelo mar vermelho. O continente estar dividido em duas regiões que localiza ao norte e sul do deserto do Saara, sendo o terceiro maior continente da terra chega a ocupar 30 milhões de km² na porcentagem de 20% da massa terrestre. África detém quatro grades bacias hidrográficas que são os rio Nilo, Níger, Congo e Zambeze, boa parte desse rios são inavegáveis por conter

grandes corredeiras e outra características diferenciada e que o rios em sua maioria não corre para o mar.

Seus recursos naturais são dos mais valiosos e raros e em grande quantidade como ouro e diamante. A atividade de mineração é uma das principais atividades econômicas do continente, ou seja,

Os principais produtores desses minérios são República Democrática do Congo, África do Sul, Namíbia que juntas por exemplo, representam aproximadamente 98% da produção mundial de diamantes. O ouro é extraído principalmente no território sul-africano, Zimbábue e em Gana, representando 50% do total de comercialização mundialmente. (Visentini, P 18, 2014).

Segunda atividade econômica da África e a agricultura nos cultivos de produtos que são café, cacau, borracha, cana de açúcar e algodão, esses produtos são destinados à exportação. Na pecuária está na zona norte da África como no Egito, Marrocos, Líbia, Argélia e Tunísia na criação de camelos ovinos e caprinos. A industrialização é pequena e estão concentradas principalmente no Egito nas áreas alimentícias, petrolíferas, têxtil e siderúrgica, na Argélia estão as indústrias de óleos vegetais e maguinhas agrícolas no Zimbábue são indústria alimentícias e de energia na África do Sul são indústria têxtil, alimentícia química, siderúrgica e metalúrgica.

Na África vive atualmente quase um bilhão de pessoas, a população urbana e de aproximadamente 40% e a rural 60%, sendo que as regiões desérticas são quase desabitadas. As regiões as margens do rio Nilo Marrocos, Tunísia, Nigéria, Ruanda são regiões com grande densidade populacional. O continente está dividido em aproximadamente 800 grupos étnicos com línguas e culturas próprias:

Na parte norte do continente, inclusive do Saara, predominam os povos caucóides, principalmente (berberes, árabes) constituído aproximadamente a quarta parte da população do continente. Ao sul do Saara predominam os povos negróides cerca de 70% da população africana. Na África meridional ainda existem alguns elementos dos povos khaisan, os habitantes de origem. Os pigmeus concentra-se na bacia do rio Congo e na Tanzânia agrupado principalmente na África meridional vivem 5 milhões de brancos de origem europeia. (Visentini, P 20, 2014)

4.1 África – Diversidade Cultural

As culturas estão em constante mutação alguns elementos com maior rapidez que outros, mais sempre transformando e evoluindo. A cultura modifica-se pelas dinâmicas internas que são as forças políticas, mudanças ambientais e crescimento populacional, outro fator de mutação da cultura são a interação com outras culturas através dos comércio e da política.

As línguas faladas na África são variadas chegam a mais de mil língua diferentes que são dividida em 4 grupos afro-asiáticas, khoisan, Nígero, Congolesas e Nilo-saarianas há também as não africanas malgaxe (astronesia) afrikaaner (holandês). A maior parte dos países africanos adotou línguas europeias como: português, inglês francês e sua maioria falada pela população urbana. Várias tentativas foram mantidas para classificar grupos étnicos na África pela cor da pele, línguas faladas e atividades cultural:

Umas das primeiras tentativas nessa direção foi a de definir os habitantes do norte da África como caucasoides e os habitantes ao sul do Saara de negroides. Entre esses dois grupos podem-se encontrar variações e, além disso, entre todos esses povos houve cruzamento, de forma que múltiplos graus de mestiçagem ocorreram e ainda são esperados originalmente, também a fronteiras geográficas não eram tão rigorosas como atualmente (VISETINE. P 20-21. 2014.).

A linguagem não é o único mediador cultural pois diversos grupos da África interagiam no cotidiano por causa da proximidade física e comercial onde havia troca de noções culturais mesmo que não houvesse linguagem comum. Apesar das diferenças linguísticas dividir as regiões em sociedade de cultura diversificada, os fatores econômicos terminaram por uni-las com as numerosas interações comerciais possibilitou uma intercomunicação cultural. Com o tráfico de africanos para as Américas obteve-se uma desagregação da estrutura social na África e nas Américas estas sociedades tiveram que se adaptar a diferentes formas de organização social que se desenvolvia sem dar o devido respeito à sua cultura de origem.

Na área da estética a população africana criava um complexo padrão de linha cruzada que seria desenhos geométricos que seria utilizado em cerâmicas, tecidos e cestaria. Os estilos musicais, danças, culinárias e ornamentação intensificaram as peculiaridades estéticas de diferentes regiões da África, ou ainda,

Não obstante, pesquisar as transferências dos princípios estéticos africanos para o mundo atlântico e sua transformação nas américas requer uma certa reflexão, pois no caso transferência linguística deve-se considerar a situação dos escravos. Afinal as rotinas de trabalho e as limitações impostas pela estratégias dos proprietários de escravos, com frequência impediram que alguns deles produzissem objetos decorativos, (ou patrocinasse outros escravos que o faziam) produtos que requeriam muitas habilidades também precisava de mão- de -obras capaz de fabrica-las, a qual tinha que se sustentar com sua venda. Além disso muitas matéria-prima africana não existiam nas américas (Thornton. P. 298 2004).

4.2 Africanos e Afro-Brasileiros

A História econômica do Brasil colonial estruturou-se sobre três fatores a dependência externa, o latifúndio e a escravidão. O latifúndio caracterizado pela monocultura, abundancia de terras e a escassez de mão de obra tornou o escravo africano preferível.

Os principais portos negreiros no Brasil foram em Pernambuco e da Bahia. O tráfico transformou rapidamente em atividade isolada no século XVI. Os escravos africanos eram transportados em navios lotados em péssimas condições de higiene e mal alimentados que em muitas das vezes acarretava a sua morte. Recém-chegados no Brasil eram transportados para o mercado, os africanos foram utilizados em quase todas as atividades exercidas nas colônias sua preferência se dava pelas habilidades que os africanos tinham com agricultura e manuseio de metais (VISETINI, 2014).

A lei Eusébio de Queiroz de 1850 tornou o declínio do tráfico de escravos africanos para o Brasil, que a partir desse evento marcava o início do processo de abolição da escravidão, com as alforrias e emancipação mais frequentes. Somente 1871 obtém-se a *Lei do Ventre Livre* a qual determinava que toda criança nascida a partir daquela data era livre. Já em 1885 entra em vigor a *Lei do Sexagenário* declarando liberdade a todos escravos a partir de sessenta anos de idade. Somente em 13 de maio de 1888 entra em vigor a *Lei Áurea*, que acaba com o escravismo.

O convívio com diferentes etnias teve como resultado a miscigenação que ocorre no primeiro contato dos europeus com índios. Porém, foi em contato com negros e europeus que a miscigenação foi mais abrangente por consequência do intenso tráfico. Apesar da forte miscigenação entre europeus e africanos não mudou a organização social dos africanos, ou seja, permaneceram segregados politicamente e socialmente.

As relações de Brasil e África não foi apenas com o tráfico de escravos houve uma troca cultural e comercial. Os africanos atuaram definitivamente na formação do povo brasileiro, sua contribuição não foi apenas cultural e econômica, mas, também, os seus conhecimentos, as suas técnicas em ferramentas de cultivo e tratamentos de doenças foram de grande valor.

4.3 Influência africana na sociedade brasileira

Desde a ocupação dos portugueses no Brasil, África e Brasil mantiveram uma grande relação através do tráfico e escravidão de africanos, suas contribuições para a formação da sociedade brasileira vão além da cultura religião e aspectos físicos, com eles vieram técnicas para agricultura, pecuária combate enfermidades e outros.

As condições de inserção social do negro no Brasil e sua contribuição para construção da história nacional não passaram despercebidas pela comunidade negra do país. Desde o período da escravidão observa-se a tentativa de organização de

formas alternativas de vida e por parte dos escravos, algo que ficou conhecido como movimento quilombola. (Visentini P 194 2014).

Apesar dos movimentos quilombolas que significava a resistência organizada da época, somente no período republicano que os movimentos sociais negros aparecem verdadeiramente se organizando em clubes, grêmios e associações culturais e recreativas. Em 1931 cria-se o movimento Frente Negra Brasileira (FNB) tornando partido político que teve um esfriamento com o início do regime militar no Brasil. Somente em 1970 o movimento negro se reorganiza fazendo crítica decisiva ao racismo.

Os movimentos negros tem uma proposta de reversão da sua participação na sociedade brasileira, por um lado, na tentativa de valorização de sua contribuição econômica social e cultural e, por outro lado, tentar propiciar a inclusão social do negro em condições semelhantes de outros grupos do país. Também no âmbito cultural as religiões afro-brasileiras sempre tiveram estigmatizadas em detrimentos de outras práticas religiosas.

Apesar dos muitos esforços dos movimentos negros pelo Brasil em busca de reconhecimento social cultural e econômico, somente em 2003 o governo federal cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Entre as ações executadas nos últimos anos a partir do governo Lula em 2003 já se realiza quatro ações de grande impacto. O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) que tinha o ministério da saúde como seu grande expoente objetivava o combate às desigualdades raciais na área da saúde, com a adoção da política nacional de saúde da população negra (VISETINI, 2014).

Na área trabalhista o Ministério Público do Trabalho (MPT) implementou o programa de promoção da igualdade de oportunidade para todos, que tinha o objetivo de combater a disparidade raciais no mercado de trabalho. O Brasil ainda tem muito caminho a percorrer é preciso ir muito além da contagem de escravos que aqui vieram e que aqui nasceram ou ignorar a escravidão trata-se de inserir o negro como parte integrante de tudo que o país hoje é, pois os negros não são apenas em tradições culturais eles são parte do que definimos como Brasil.

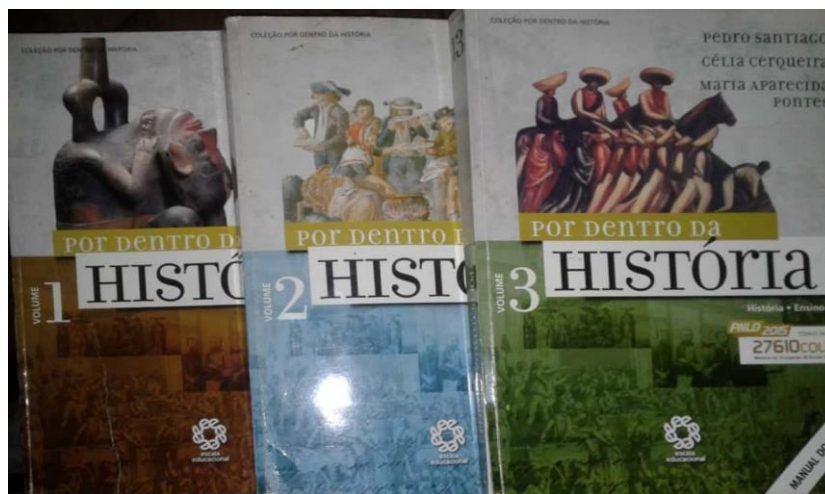
5. ÁFRICA E AFRICANISMOS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

O Livro Didático é um recurso didático-pedagógico essencial para o desenvolvimento do aluno em sala de aula, por isso há uma preocupação com a sua qualidade. A qualidade vai desde a elaboração, qualidade do material impresso (qualidade do papel, impressão do texto e imagens) ao conteúdo abordado, ou seja, deve ser um texto claro e objetivo para que o aluno obtenha um maior entendimento do conteúdo.

A obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira na Educação Básica, implica na necessidade de analisarmos a qualidade deste ensino. E, ainda, compreender que há diferença no ensino de história da África e africanos e história dos afrodescendentes.

5.1 História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos Livros Didáticos de História

Figura 1: Apresentação da Coleção



Nesta direção, optamos por analisar a Coleção Didática, intitulada *Por dentro da História* (Figura 1) está dividida em três volumes, destinada aos estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. A Coleção é de autoria de, *Pedro Santiago*, graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor na Educação Básica na rede pública de ensino e professor universitário; *Célia Cerqueira*, bibliotecária graduada pela Universidade de Brasília (UnB), consultora pedagógica na área de publicações didáticas e *Maria Aparecida*

Pontes, pedagoga, graduada pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) consultora pedagógica na área de publicações didáticas.

A Coleção apresenta organização curricular que integra a História do Brasil, América, África, Ásia e Europa. Cada volume divide-se em três unidades, compostas por capítulos que abarcam, no primeiro volume, desde os primórdios da humanidade até o século XVIII; o segundo recobre da crise do Antigo Regime e do sistema colonial até os primórdios do século XX; enquanto o terceiro aborda da Primeira Guerra Mundial às questões do tempo presente no Brasil e no mundo.

Diferentes sugestões de atividades convidam os estudantes a conhecer a comunidade em que convivem e os respectivos patrimônios materiais e imateriais. Destaca-se, ainda, o diálogo com as questões sociais e seus desenvolvimentos no campo das violações dos direitos humanos, o que possibilita reflexões sobre as diferenças e desigualdades sociais. A obra apresenta projeto gráfico atraente e adequado, com distribuição equilibrada entre o texto principal, as atividades e o material complementar, que é bastante diversificado. Os temas da História e da cultura da África, dos afro-brasileiros ganha destaque no volume inicial. As imagens presentes na coleção contemplam, em alguma medida, a diversidade cultural e étnica da população brasileira e reservam importante espaço para afro-brasileiros e indígenas.

O projeto gráfico-editorial é adequado à faixa etária e rico em elementos iconográficos, que organizam as seções e facilitam a localização e o entendimento das categorias, o que torna o manejo e a leitura atraentes. As imagens são diversificadas e estão identificadas. Apresentam qualidade de reprodução que possibilita a adequada visualização, há diversos recursos infográficos e mapas que contribuem para a compreensão dos temas abordados (BRASIL,2018).

Optamos, neste trabalho, por analisar a Coleção por intermédio de categorias escolhidas de acordo com os interesses pessoais da pesquisadora. Reconhecendo que quem pesquisa, se pesquisa. Neta direção apresentamos as categorias que foram construídas a partir da leitura da Coleção ao longo deste estudo.

Figura 2. Cartaz do Filme Chica da Silva



SANTIAGO, volume 2, página 94.

Francisca da Silva de Oliveira, a Xica da Silva, foi uma escrava afro-brasileira sua mãe escrava e seu pai português. Inicialmente ela pertencia a um médico, posteriormente foi comprada pelo contratador João Fernandes, com quem se casou. Assim, foi alforriada e teve 13 filhos. Xica da Silva é uma das personagens mais conhecida do passado colonial por ter vivido como as ricas senhoras portuguesas no período colonial e tem sido reconhecida nacionalmente pela literatura (livros) e teledramaturgia brasileira (filmes e novelas).

A imagem acima (figura 2) está relacionada ao filme Xica da Silva, de Carlos Diegues de 1976. A imagem está inserida no capítulo 8, na página 94, volume 2 da coleção. O Capítulo retrata a história da extração do ouro no Brasil pelos portugueses que teve como um dos destaques no período, o contratador João Fernandes de Oliveira.

No capítulo não faz nenhuma referência à história das mulheres negras nesse período, Xica da Silva está sendo citada no capítulo apenas por ter sido esposa de João Fernandes, citação que está de forma resumida tendo como destaque apenas a imagem do cartaz do filme Xica da Silva.

Figura 3. Mulheres Negras



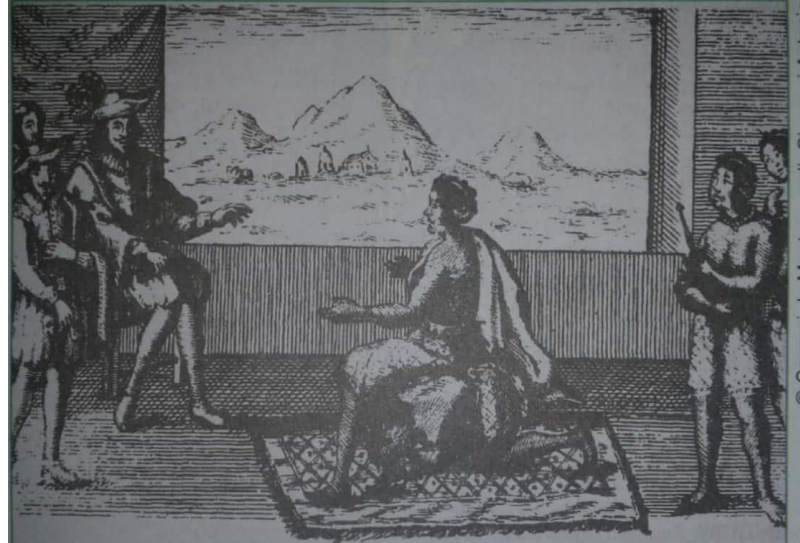
SANTIAGO, volume 2, página 189.

Na imagem (figura 3) foto de Joaquim Ferreira Vilela (1860-1865), a imagem data do século XIX, mostra Augusto Gomes Leal e Mônica, a sua ama de leite. Esta imagem está sendo representado no final do capítulo 15, na página 189, volume 2, que descreve sobre o fim da escravidão, o tema mulheres negras estar citado no final do capítulo na sessão de atividade onde há uma pequena citação do livro “Mulheres Negras no Brasil” o texto faz referência às mulheres negras que trabalhavam nas feiras como vendedeiras. O texto faz uma pequena citação sobre a importância das mulheres negras em busca pela liberdade. Porém, o texto não faz referência ao que está sendo representado na imagem (figura 3) que seria a escrava como ama de leite uma das principais funções das escravas negras naquele período.

No Capítulo 6, página 63 volume 2, no final da página encontra-se um *box* com título “*voce sabia?*” há um pequeno texto que descreve a história da Rainha Jinga do Dongo, que teve como destaque na sua história sua luta contra os portugueses no tráfico de africanos, aliada com os holandeses, Jinga conseguiu controlar a influência portuguesa no seu reino, porém, após a expulsão dos holandeses da região pelos portugueses Jinga enfraquecida termina por firmar acordo com os portugueses. A imagem (figura 4) gravura do ano de 1622, mostra rainha Jinga sentada nas costas de uma escrava para negociar com os portugueses.

O texto sobre Rainha Jinga não está inserido diretamente no capítulo, aparece apenas como texto complementar muito resumido pouco detalhes sobre a história de Jinga já que foi uma mulher africana que teve um papel importante no período de escravidão merecia um destaque maior no capítulo.

Figura 4. Rainha Ginga



SANTIAGO, volume 2, página 63.

No capítulo 7 - América portuguesa: terra em disputa - página 84, volume 2, no quarto subtítulo do capítulo *Portugal reconquista autonomia e as colônias*, há o box com tópico “*vestígios do passado*” e descreve sobre três artistas holandeses, a saber, Albert Eckhout, Frans Post e Georg Marcgraf, que residiram no Brasil entre 1638 e 1644 e, retrataram, através de sua arte, o cenário brasileiro da época.

A imagem (figura 5) com nome de negra de Albert Eckhout de 1641 a imagem está inserida no capítulo apenas como demonstração da obra do artistas não há nada relacionado a mulher negra que estar sendo representada na imagem.

Figura 5. Negra



SANTIAGO, volume 2, página 84.

Figura 6. Rei de Idah

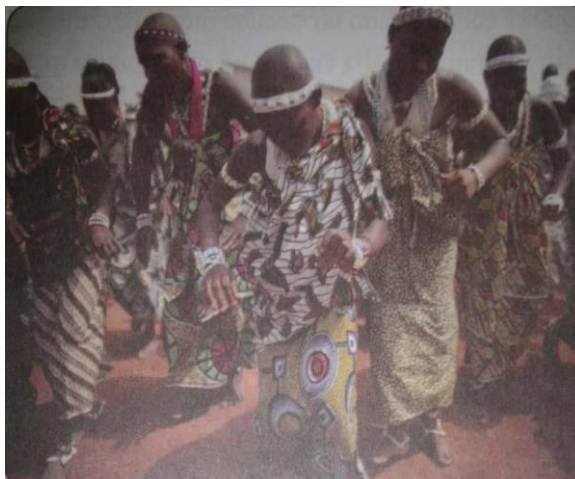


SANTIAGO, volume 1, página 262.

O tema *Cultura* esta inserido no capítulo 22, na página 261-262, volume 1 da coleção que tem como tema africanos escravizados. O tema cultura faz referência as diversidade religiosa e suas origens. O texto cita vários povos como Funges, Songai, e Gabu. Embora o tema esteja inserido diretamente no capítulo o conteúdo esta abordado de forma resumida com carência de detalhes apesar de citar varios povos existente na Africa na há citação sobre as característica cultural de cada povo já que o texto propõe relatar a diversidade cultural na África.

Outro ponto importante a ser observado e que o texto não relata como essas manifestações culturais (vestimentas, culinária, religião) foram praticadas aqui no Brasil pelos escravos africanos e, ainda, não explora a influência dela para a cultura nacional, ou seja, as heranças culturais da religiosidade, entre outras, foram totalmente ignorado pelos autores do livro. A imagem acima (figura 6) mostra o rei de Idah (na região do Rio Negro) a imagem faz referência às vestimentas que revela influência dos povos mulcumanos.

Figura 7. Dança Tradicional no Benin



SANTIAGO, volume 1, página 265.

No mesmo capítulo há um texto complementar sobre o Benin país da África ocidental (antigo reino de Daome) região para onde ex-escravos retornaram das americas levando consigo os costumes europeus. A imagem (figura 7) se refere a uma apresentação de dança tradicional no Benin de 2012. A intenção principal do texto é revelar aliança entre Brasil e África até dias atuais.

No capítulo 8 com tema *America Portuguesa: A sociedade do Ouro*, na pagina 98 e 99 ,volume 2, no subtítulo: *producoes artistica*, descreve como artesãos e artistas que viveram nas áreas de mineração criaram a primeira escola artistica da colonia, o texto vem destacando o escultor e arquiteto Antonio Lisboa porpulamente conhecido como *alejadinho*,o texto faz outros destaques de artistas da música e arquitetura.

No final do subtítulo há um box com tópico “*voce sabia?*” o tópico vem com pequeno texto descrevendo como era realizadas as festas barrocas que era festas de luxo e riquezas, a festa ocorria por diversas motivos (datas religiosas, casamentos,etc.) com todo luxo as festas barrocos tornou-se simbolo das diferenças. O texto foi elaborado a parti da leitura de MELLO E SOUZA Laura. *Festas Barrocas e a Vida Cotidiana em Minas Gerais*. São Paulo: Fapesp Imprensa Oficial, 2001. v.1.

Na figura 8 Rainha de uma festa realizada por africanos escravizados, obra de Carlos Julião, século XVIII. A imagem tem pouca relação ao texto já que no texto descreve apenas festas barrocas, não há nada relacionado sobre os movimentos culturais e artísticos dos Africanos, faltou no capítulo referências sobre a cultura africana como as manifestações culturais por eles trazidas que aqui no Brasil se adaptaram com as culturas européias.

Figura 8. Festa Realizada por Africanos Escravizados



SANTIAGO, volume 2, página 99.

No capítulo 9 (África: Luta pela Liberdade) página 124-125, volume 3, há o box com o tópico *voce sabia?* Com título literatura, história e revolução, o texto descreve sobre escritores literários africanos como: Perpetela, Luandino Vieira. O texto está muito resumido e de difícil compreensão.

A imagem (figura 9) mostra jovens em Moçambique (2011) retornando para casa com suas compras a descrição da imagem chama atenção para o fato de umas das moças que estão sendo representadas na imagem estar transportando as compras na cabeça e esse ato relembra nativos que convivem com elementos culturais de outros povos como Portugueses, Holandeses e Arabes. A imagem está bem definida porém não encontrei relação da imagem com o texto sobre autores literários africanos.

Figura 9. Jovens em Moçambique



SANTIAGO, volume 3, página 125.

Figura 10. Mapa das principais rotas de tráfico africano no século XVI e XIX



SANTIAGO volume 1, página 269.

O tema afrodescendência está inserido no final do capítulo 22, na página 269, volume 1, na sessão de atividades, como texto para debate em sala de aula com os alunos. O texto explica que povos africanos vieram de várias regiões da África porém o texto não explica quais eram essas regiões.

O mapa (figura 10) mostra as principais rotas do tráfico de africanos no século XVI e XIX. O mapa está bem detalhado e identifica quais regiões da África de onde partiram os

europeus com os africanos e as regiões de destino no território brasileiro. O mapa está mais acessível de compreensão sobre o tema do que o texto porém se um aluno não compreender como consultar um mapa (problema comum dos alunos) será muito difícil ele compreender o tema abordado.

Figura 11. Retrato de Afrodescendentes



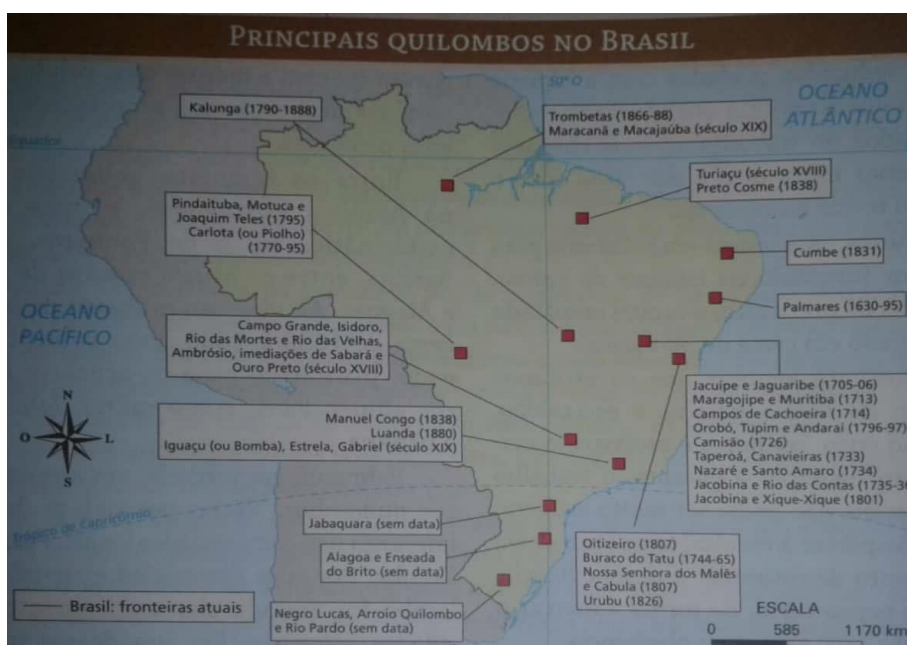
SANTIAGO, volume 2 página 176.

No início do capítulo 15, na página 176, volume 2, há um pequeno texto que descreve a situação dos escravos após o fim da escravidão onde negros são ignorados para o trabalho oferecendo preferência aos imigrantes brancos fato este que é percebido até hoje. No final do texto há um fragmento da música de Elza Soares “*a carne*” a música faz referência a desvalorização do negro no Brasil. A imagem (figura 11) são retratos de afrodescendentes feito por Militão Augusto de Azevedo, 1870-1876.

O texto está inserido no capítulo 22 (Africanos Escravizados: As mãos e o pés dos senhores), páginas 267-268, volume 1, com subtítulo “*Luta Pela Liberdade*” o texto descreve a trajetória dos escravos africanos no Brasil, como as atividades exercidas por eles e o sofrimento durante o período em que foram escravizados. No mesmo subtítulo o tópico *Os Quilombos* que descreve como se deu a formação dessas comunidades que servia de abrigo para escravos fugitivos e qual a importância dessas comunidades no processo de libertação dos escravos.

No final do subtítulo no tópico *conexão Presentes* há um texto com título *comunidade quilombola* que faz descrição sobre os quilombos no Brasil, no mesmo tópico há uma imagem (figura 12) do mapa do Brasil que mostra as regiões onde estavam localizadas as principais comunidades quilombolas. O mapa descreve as regiões onde localizava os quilombos o nomes das comunidades e o ano de atuação das comunidades. Contudo, apesar do texto citar sobre os quilombos faltou alguns detalhes em relação ao convívio social desses escravos nas comunidades, faltou descrição sobre as estruturas físicas das comunidades, como era o convívio na comunidade, quais atividades exerciam (lazer, alimentação, prática religiosa e cultural) e quais atividades exercia para se manterem no quilombo.

Figura 12. Mapa dos principais quilombos no Brasil

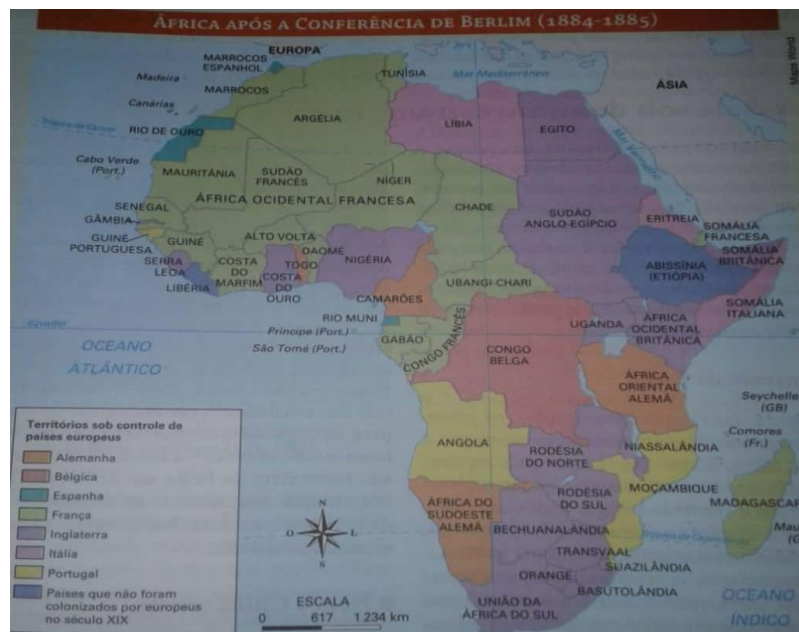


SANTIAGO, volume 1, página 268.

No capítulo 20, na página 246, volume 2, com subtema *A conquista da África*, no tópico *(os imperialistas em guerra)* o texto revela conflitos existente na África, a partir do processo de dominação e exploração dos territórios africanos e a implantação de colônias por parte de países como a Inglaterra, a Alemanha e a Itália. No box (você sabia?) há um pequeno texto com título *a partilha da África* descreve sobre a Conferência de Berlim, que reuniu representantes de 14 países, entre 1884 e 1885, e tinha como objetivo acabar com os conflitos imperialistas estabelecendo regras para as ocupações do território africano.

A imagem (figura 13) mostra o mapa de como ficou a divisão da África após a Conferência de Berlim. O mapa facilita a indentificação dos territórios ocupados e a tabela que acompanha o mapa descreve os países europeus que controlavam os territórios. O mapa é acessível e de fácil compreensão, ao que ele está se referindo (partilha da África) porem, o texto não fez nenhuma citação sobre a participação dos africanos em todo o processo dos conflitos em função das conquistas dos territórios, ou seja, o texto se refere apenas às conquistas dos territórios pelos países europeus sem nada citar sobre os africanos nesse processo.

Figura 13. Partilha da África



SANTIAGO, volume 2, página 246.

No capítulo 9, *Os Colonos da América Portuguesa em revolta*, página 102, volume 2, no primeiro subtítulo do capítulo, *a colonização e violência*, descreve como a violência foi um dos principais meio de manter a ordem nas colônias portuguesas que apesar de todo controle alguns escravos encontravam formas de fugir. No final do texto há o box com o tópico (*você sabia?*) com título “ *rebeldia escrava*” o pequeno texto descreve primeiros levante no século XIX onde escravos se revoltaram contra seus donos clamando por liberdade.

A imagem (figura 14) obra de Joaquim C. Guillobel (1820), mostra o interior de uma casa (pobre) de escravos africanos a imagem está relacionada as más condições de moradia que os africanos eram submetidos e que motivava as revoltas.

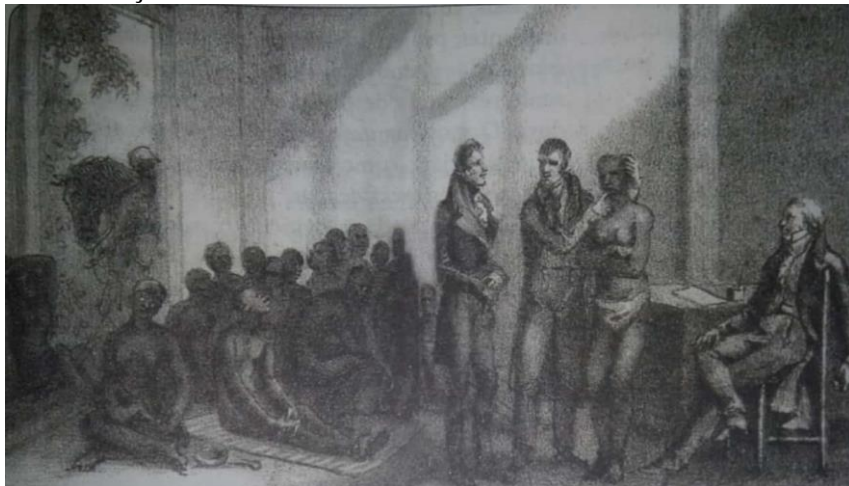
Figura 14. Casa pobre de Escravos



SANTIAGO, volume 2, página 102.

No capítulo 13, *Tempo de Regência*, no quarto tema, os *primeiros conflitos*, páginas 148 e 149, volume 2, o texto descreve vários conflitos como os cabanos no Pernambuco e Males em Salvador. Os revoltosos clamavam por liberdade que sucedeu na morte de muitos escravos africanos. A imagem (figura 15), na página 149, pintura de Hippolyte Taunay (1822), mostra a comercialização de escravo em Salvador que teve um dos principais portos de entrada de africanos para serem escravizados. A figura está pouco relacionada ao tema, já que o mesmo se refere a conflitos e não ao tráfico e comercialização como está sendo representado na imagem.

Figura 15. Comercialização de escravos africanos



SANTIAGO, volume 2, página 149.

No capítulo 11, *Em Fim Brasil*, no quarto subtítulo, *as elites programam a independência*, na página 128, volume 2, o texto descreve como a independência do Brasil se concretizou em meio às divergências políticas da época. A imagem (figura 16) de Debret, início do século XIX, mostra escravos acorrentados levando jantar para cadeia. O texto abaixo da imagem faz referência ao fato de que o Brasil apesar de independente ainda continuava com características coloniais como: fazendas de monoculturas e o trabalho escravo. A imagem tem pouca relação com o assunto abordado no capítulo, pelo fato de o capítulo abordar sobre a independência do Brasil e a imagem está relacionada à escravidão.

Figura 16. Escravos Acorrentados



SANTIAGO, volume 2, página 128.

No capítulo 15, *Mundo em Guerra até quando?* páginas 210-211, volume 3, no subtítulo *África: grandes Dilemas*, o texto descreve os dramas da atualidade que afeta principalmente a África subsaariana como, a fome, miséria, doenças e conflitos. O texto destaca a tragédia de Danfur que foi um dos mais graves conflitos da África na atualidade que ocorre na região de Danfur no Sudão. O texto descreve qual a motivação para os conflitos na África que na maioria dos casos são por rivalidades étnicas e revanchismo decorrentes de pendências histórica. o texto descreve também o conflito no norte da África que teve início na Tunísia com as manifestações da população esgotada por desemprego, pobreza, desigualdade social e os governos ditatoriais, o texto cita que o uso da internet através das redes sociais teve importante contribuição como meio de mobilização que se espalharam por outros países

como: Argélia, Marrocos, Jordânia e Omã que teve como resposta dos governos muita violência ocasionando milhares de mortos. O texto está bem claro sobre o assunto porém faltou descrição sobre a participação dos africanos nesses conflitos.

A imagem (figura 17) são mulheres de Danfur (2005), em campos de refugiados, após serem atacadas por milícias e terem suas residências destruídas e milhares de pessoas mortas. A imagem mostra essas mulheres vivendo em condições subumana, nos alojamentos sem o conforto, falta de alimentação e de higiene adequadas.

Figura 17. Mulheres em campos refugiados



SANTIAGO, volume 3, página 211.

Capítulo 9, *África: Luta pela Liberdade*, página 121, volume 3, há box com o tópico *vestígios do passado*, há o texto com título o fim do *Apartheid* que descreve os conflitos na África do Sul. A apresenta uma imagem negativa sobre negros para o mundo, favorecendo ainda mais o racismo. O tópico vem acompanhado do texto de Desmond.M. Tutu um dos líderes da luta contra o *apartheid*. Imagem (figura 18) negros transitando em ruas sinalizadas como área restritas apenas para pessoas brancas em Carltonville, África do Sul 1989.

Figura 18. Negros transitando em rua em Cartonville, África do Sul



SANTIAGO, volume 3, página 121.

No capítulo 9, *África: luta pela liberdade*, página 122, volume 3, o texto descreve sobre países africanos que ainda se encontravam sob o domínio português, como se concretizou a independência desses países através de guerras e acordos entre governos. A imagem (figura 19) mostra população de Luanda recebendo ajuda durante movimento de independência em Angola 1975.

Figura 19. População de Luanda recebendo ajuda



SANTIAGO, volume 3, página 122,

O texto está inserido no capítulo 6, *África: no tempo da escravidão*, na página 60, volume 2, o texto descreve como a escravidão que já ocorria na África antes do século XV, se tornou um negócio lucrativo para os europeus, o texto cita as regiões da África de onde foram capturados os africanos e a região de destino no Brasil. O texto descreve, também, uma quantidade aproximada de escravos que foram retirados da África para serem escravizados.

A imagem do mapa (figura 20) mostra as rotas e regiões de origens desses escravos e as regiões de destino por toda América, no mapa está anexado uma tabela que descreve o número aproximado de escravos que foram transportados para as Américas entre os séculos

XVI e XIX. O texto está claro mas, faltou uma descrição de como eram feitas as negociações com povos africanos para a realização do tráfico.

Figura 20. Mapas das rotas de comercialização



SANTIAGO, volume 2, página 60.

No capítulo 6, *África: no tempo da escravidão*, página 67, volume 2, no subtítulo, *as transformações resultantes do tráfico*, o texto se refere as mudanças ocorridas com povos Africanos na África durante o tráfico para as américas, como: guerras entre povos e reinos, doenças transmitidas pelos europeus que teve como consequência redução demográfica em várias partes do continente.

A imagem (figura 21) mostra africanos islamizados (roupas brancas) na captura de africanos para o porto de embarques de escravos. O texto não especifica a região em que a imagem se refere a imagem é de baixa resolução.

Figura 21. Captura de africanos para porto de embarque



SANTIAGO, volume 2, página 67.

No capítulo 8 com tema, *América portuguesa: a sociedade do ouro*, na página 94 e 95, volume 2, está escrito no subtítulo, *nas teias do governo*, como era realizada a cobrança de imposto e a fiscalização da extração do ouro para que se evitasse o contrabando de ouro pelo os escravos africanos que trabalhavam nas áreas de extração do ouro. A imagem (figura 22) de Carlos Julião, século XVIII, mostra trabalhadores na extração de diamantes sendo vigiados por soldados portugueses. O texto não descreve a localização a qual a imagem faz referência.

Figura 22. Trabalhadores na extração de diamantes



SANTIAGO, volume 2, página 95.

No capítulo 1, página 24, do volume 1, da coleção no tópico, *conexão presente*, 'descreve a atual situação da África, porque os indicadores sociais apontam a África como o continente mais pobre do mundo e a expectativa de vida inferior a 40 anos de idade, diferentemente dos países desenvolvidos, para os quais os índices são de 79 anos, ou seja, vive o dobro que os africanos. O texto descreve que um dos principais dramas da atualidade africana que são as epidemias de AIDS que obtém um índice altíssimo na região subsaariana com cerca de 1,3 milhões de vítimas da doença. O texto não explica quais fatores que levaram a África a alcançar esse auto índice de pobreza e o porquê do HIV se alastra de forma tão violenta

A intenção principal do texto é propor uma reflexão com os alunos em sala de aula, sobre o continente africano nos dias atuais, como um continente que e considerado “*berço da humanidade*”, 'seja um continente tão pobre com tanta desigualdade social.

A imagem (figura 23) são de manifestantes em frente ao consulado Americano em Johannesburgo, 2012, pelo financiamento de fundações para luta contra HIV/AIDS.

Figura 23. Manifestantes no consulado americano em Johannesburgo

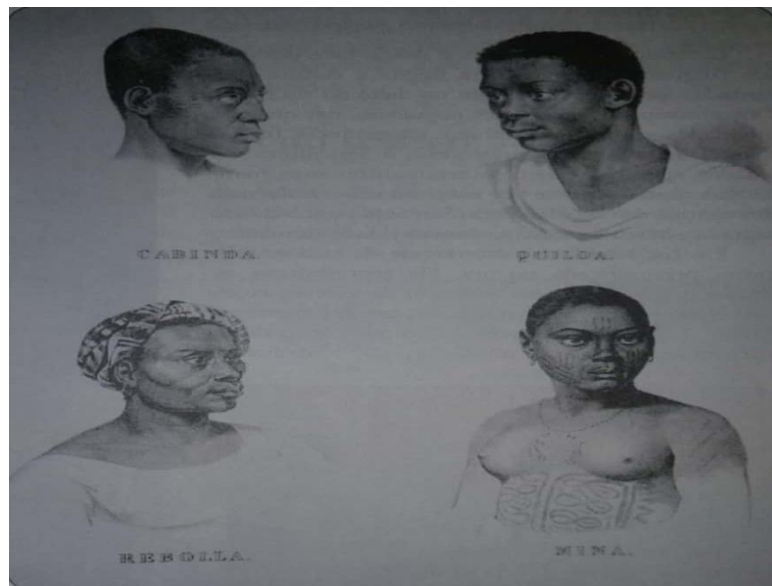


SANTIAGO, volume 1, página 94.

No capítulo 6, na página 64, volume 2 com tema África: no tempo da escravidão há subtítulo “povos escravizados”, descreve que os africanos que foram transportados para américa, vieram de vários povos africanos, mas o texto cita apenas os Bantos e o Iorubas o texto descreve as principais características desses povos como organização social e familiar, atividade exercida para seu sustento, atividade cultural e religiosa.

A imagem (figura 24) pertence ao pintor Alemão Moritz Rugendas 1830 que retratou os indivíduos de diferentes grupos dos Bantos. Observe na imagem que as características físicas e o modo de vestir de diferentes grupos étnicos, mas não deixa claro na imagem se os nomes descritos abaixo de cada rosto, se refere ao nome pessoal de cada um dos indivíduos ou se refere ao nome dos grupos a que eles pertencem.

Figura 24. Povos Bantos



SANTIAGO, volume 2, página 64.

A imagem (figura 25) datada no século XIV, mostra características de uma pessoa membro dos Iorubas, a forma do penteado e os acessórios utilizado no cabelo tinham seus significados como posição social, sua função (profissão) e estado civil (casado, solteiro, viúvo) porém não há descrição destes sentidos.

Figura 25. Características de membro Iorubas



SANTIAGO, volume 2, página 66.

No capítulo 13, Tempo de Regência, página 150, volume 2, no subtítulo Balaios no Maranhão há a descrição do movimento conhecido como Balaiada que teve início em 1838 na cidade de São Luís que foi liderado por Manuel dos Anjos Ferreira (artesão que produzia balaios por isso o nome da revolta). O movimento envolveu diversos grupos sociais como fazendeiros, sertanejos e pessoas escravizadas. Os revoltosos conseguiram importantes conquistas em seguida foram vencidos por tropas enviadas pelo governo central em 1841, com cerca de 12 mil mortos a maioria escravos e sertanejos.

O texto está muito fragmentado faltou descrição da importância do conflito para história do Maranhão e do Brasil e não há detalhes sobre o conflito como organização, principais conquistas adquiridas pelo o movimento e contribuições para a estabilidade política e econômica do Maranhão e Brasil (assunto referente ao capítulo).

A imagem (figura 26) desenho de Henrique Fleiuss século XIX faz referência à sociedade maranhense que era marcada pela escravidão. A imagem mostra escravos exercendo diferentes atividades nas ruas de São Luís como: (barbeiro, feirante) atividades comuns naquele período. A imagem do desenho de Henrique Fleiuss não está clara neste volume sobre o significado real do desenho a imagem não condiz com o que estar sendo descrito no texto sobre o conflito Balaiada.

Figura 26. Sociedade maranhense



SANTIAGO, volume 2, página 150.

Capítulo 1, Tempo de Regência, página 144, volume 2, no primeiro subtítulo *um País, muitas Culturas*, o texto descreve uma citação do antropólogo Darcy Ribeiro que cita a grande diversidade cultural do país. A imagem (figura 27) litografia de Jean- Baptiste Debret (1834- 1839), retrata o jantar de uma família europeia no Brasil após independência. Ela apresenta um casal na mesa durante as refeições sendo servida pelos escravos e duas crianças negras sendo servida o alimento pela senhora. Não encontrei relação nenhuma do texto com a imagem o que pode se observar e que a imagem pode ser interpretada de forma equivocada, pois, pode haver a interpretação de que as crianças africanas ou afro descendentes eram bem tratadas pelos seus proprietários, algo que era fora da realidade da época. A ausência de uma explicação mais apurada e problematizadora pode levar à compreensões não adequadas aos estudantes do Ensino Médio.

Não encontrei no texto e nem na imagem de Jean Baptiste nenhuma citação referente às crianças africanas ou afro-brasileira e essa ausência sobre o tema crianças, foi por mim observado nos três volumes da coleção.

Figura 27. Jantar de família europeia



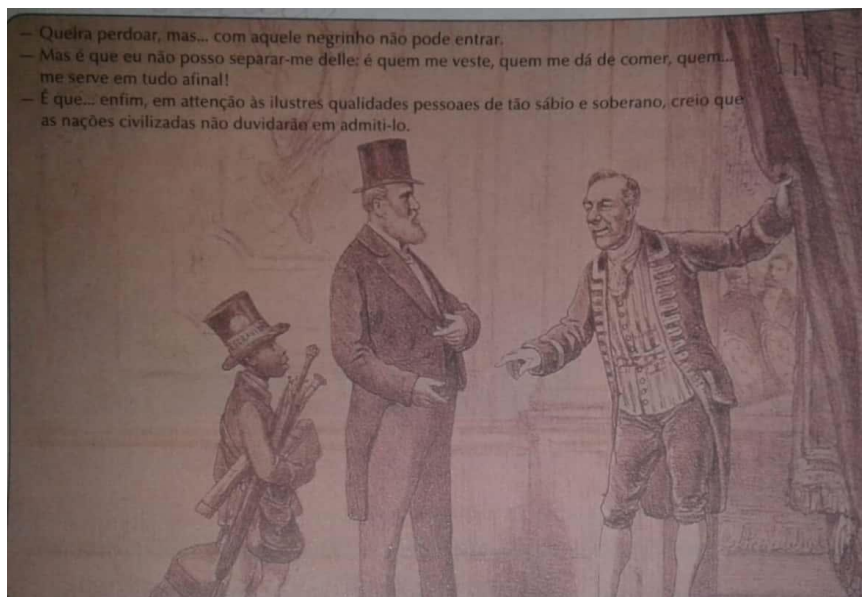
SANTIAGO, volume 2, página 144.

No capítulo 16, Entre dois mundos, pagina 192, volume 2, com subtítulo *entre dois mundos* descreve as mudanças que ocorre no Brasil e que foram registradas especialmente

pelo meio cultural, ou seja, a literatura, a música e as artes plásticas retrataram nas suas artes sobre a população africanas e afro-brasileira. Contudo, não explora as influências nos diversos setores da vida social por eles construída no país.

Na imagem (figura 28) caricatura de Dom Pedro II feita por Ângelo Agostini em 1883, para a Revista Ilustrada, a caricatura faz ironia a situação de Dom Pedro II no exterior onde ele se apresenta em eventos com escravos, algo que era condenado em alguns países industrializados. Na imagem Dom Pedro II, que está na companhia de uma criança negra que, fora impedido de entrar no estabelecimento. A imagem tem relação com o texto por fazer referência à escravidão, porem o que mais chama atenção na imagem foi a da criança, ela está bem vestida porém, não encontrei nenhuma citação sobre o trabalho infantil da época já que a imagem deixa isso evidente.

Figura 28. Caricatura de Dom Pedro II



SANTIAGO, volume 2 página 192.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou analisar como a história e a cultura africana e afro-brasileira estão sendo ensinadas nos Livros Didáticos de História do Ensino Médio e se o mesmo atende as determinações da lei 10.639/03 que tornou obrigatório o estudo de África e africanos e afro-brasileiro na Educação Básica.

Do material didático analisado foi possível compreender que o tema está sendo abordado como determina a lei, e constatei que o estudo sobre África, africanos e afro-brasileiro está presente nos três volumes da coleção, os temas apesar de constarem nos livros analisados apresentam limites tanto no aspecto histórico, quanto cultural.

As atividades, propostas na coleção analisadas, motiva o aluno a explorar o que aprendeu com a leituras dos capítulos e possibilita questionar-se e refletir sobre o tema. A coleção sugere ainda debates sobre o tema em sala de aula, o que considero relevante no processo de aprendizagem. Os três volumes aparentam imagens que ilustram o tema e que auxiliam para o processo de aprendizagem. Contudo, não há problematizações e nem explicações mais amplas sobre a relação texto-imagem e as condições históricas e culturais africanas, nem afro-brasileira.

Alguns pontos devem ser observados e analisados com cuidado, pois verifiquei que o tema está voltado de forma exclusiva para a questão do tráfico, escravidão, e sofrimento por eles vivido, a questão cultural, religiosa e a sua importância para a formação econômica e cultural do país não foi apresentada de modo adequado e, apresenta de forma fragmentada a contribuição dos africanos e afro-descendentes para a construção do país. Outra questão importante a ser observada e a representação da mulher negra africana e afro-brasileira que se encontra fragmentada sem destaques algum, desde o período do escravismo até a contemporaneidade.

Outro fator importante no período de escravidão que foi totalmente ignorado na coleção foi o convívio social dos africanos e a sua adaptação no novo mundo e como as famílias se constituíram. As crianças também estão ausentes na coleção, elas aparecem apenas em imagens mais sem fazer referências a elas.

Portanto, o livro didático é um importante instrumento de transmissão de conhecimento e através dele proporciona ao aluno um pensamento crítico que possa romper as barreiras do preconceito racial.

Considero relevante o estudo sobre as coleções didáticas, considerando a importância das mesmas na Educação Básica e na construção da representação da África e dos afro-descendentes em nosso país.

E, ainda, que com as aprendizagens adquiridas em sala de aula o aluno possa transmitir em todo seu convívio social (família, amigos) ou seja que o conhecimento e a nova visão que o aluno possa ter sobre africanos sejam transmitidas de forma que outras pessoas tenham conhecimento sobre o assunto e possam com isso mudar sua visão sobre o papel dos africanos e afrodescendentes em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BRASIL, **Ministério da Educação**, Brasília, Ministério da educação 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **PNLD 2018: História- Guia do Livros Didáticos - Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica SEB- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017, 108 p.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini.et.all, **Uma proposta de aperfeiçoamento da PNLD como políticas pública: o livro didático como capital cultural do aluno/ família**, Rev. Ensaio: aval. Pol. Publ.educ. Rio de Janeiro, v 22, n. 85, 2014.

HESS, Remi. **Produzir sua obra: o momento da tese**. Brasília: Liber Livro, 2005.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira, **História da Educação no Brasil (1930/ 1973)** 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2013.

SANTIAGO, Pedro **Por dentro da história**, 1 Pedro Santiago Celia Cerqueira, Maria Aparecida Pontes- 3 ed. –São Paulo: Escala Educacional, 2013.

SAVIANI, Demerval 1944 – **a nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas/ Demerval Saviani- 12. Ed. Revista –Campinas, SP: autores associados, 2011- (coleção educação contemporâneas).**

SERRANO, Carlos, **Memória D' África: a temática africana em sala de aula/ Carlos Serrano, Mauricio Waldman- 3. Ed- São Paulo: Cortez, 2010.**

THORNTON, John Kelly 1949, **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800/ John Thornton; tradução de Marisa Rocha Mota – Rio Janeiro, Elsevier, 2004- 6º reimpressão.**

VISENTINI, Paulo Fagundes, **História da África e do Africanos/ Paulo Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, Analúcia Danilevicz Pereira. 3.ed.- Petrópolis RJ: vozes, 2014.**